

Expressões nominais anafóricas e memória discursiva: representações de Lula e de Bolsonaro em editoriais de um jornal

Bruna ATALLA¹

Manoel Luiz Gonçalves CORRÊA²

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| bruna.atalla@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0079-9177>

2 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| mcorrea@usp.br | <https://orcid.org/0000-0003-3638-7086>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v22i1.3750>

Resumo: Neste artigo, analisamos, numa perspectiva discursiva (da Análise do Discurso Francesa) em Linguística Aplicada, editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*. O objetivo é compreender como as *expressões nominais anafóricas* (Koch, 2001; Jubran, 2011) referem-se a Lula e Bolsonaro, candidatos à Presidência da República nas eleições de 2022, ao remeterem à *memória discursiva* (Pêcheux, 2015a; Brandão, 2012), permitindo indagar sobre o dito, o já dito e o silenciado. O recorte do *corpus* obedeceu a essa escolha temática e ao período da propaganda eleitoral. Quanto ao gênero, foram escolhidos os editoriais, porque eles apresentam posicionamentos discerníveis, o que permitiu tratar as expressões nominais anafóricas como pontos de emergência de processos discursivos, indiciários de *acontecimentos* (Foucault, 2008) remissíveis a séries históricas (Foucault, 2008) e de *acontecimentos discursivos* (Pêcheux, 2015b), remissíveis a *formações discursivas* (Pêcheux, 2014a). Os resultados indicam que, em seu funcionamento discursivo, elas representam cada um dos candidatos ora como sujeito, ora como representante da instituição Presidência da República. Particularidades consideradas, esse funcionamento pode ressoar em outros gêneros, temáticas e em possíveis aplicações em sala de aula. O ensino é, pois, um dos interesses aplicados do trabalho, visando à qualidade de leitura do professor e do pesquisador em formação.

Palavras-chave: Acontecimento. Editorial. Expressões nominais anafóricas. Memória discursiva.

Anaphoric Noun Expressions and Discursive Memory: Representations of Lula and Bolsonaro in Newspaper Editorials

Abstract: This article analyzes, from a discursive perspective grounded in French Discourse Analysis within the field of Applied Linguistics, editorials from the newspaper *O Estado de S. Paulo*. The aim is to understand how anaphoric noun expressions (Koch, 2001; Jubran, 2011) refer to Lula and Bolsonaro, candidates for the Presidency of the Republic in the 2022 elections, as they evoke discursive memory (Pêcheux, 2015a; Brandão, 2012). This approach allows us to question what is said, what has been said, and what is silenced. The corpus was selected based on this thematic focus and the electoral campaign. Editorials were chosen for their genre-specific characteristics, as they present discernible stances, enabling us to treat anaphoric noun expressions as points

of emergence of discursive processes-signs of events (Foucault, 2008) that can be linked to historical series (Foucault, 2008) and discursive events (Pêcheux, 2015a), traceable to discursive formations (Pêcheux, 2014a). The results indicate that, in their discursive functioning, these expressions represent each candidate at times as individuals, and at other times as representatives of the Presidency. Considering their particularities, this functioning may resonate across other genres, themes, and potential classroom applications. Teaching is one applied interest of this study, aiming to enhance the reading competence of educators and developing researchers.

Keywords: Event. Editorial. Anaphoric noun expressions. Discursive memory.

| Introdução

Este artigo analisa editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* do período pré-eleitoral do ano de 2022, por ocasião das eleições presidenciais daquele ano, no Brasil. O ponto de partida foi a percepção do relevo das ligações anafóricas nesses editoriais. Esse destaque foi favorecido pelo trabalho dos editores em operar, com certo escárnio, na construção de personagens para os dois principais concorrentes ao cargo – Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro –, no contexto sociopolítico em que os editoriais foram produzidos, considerada a incômoda posição de aparente rejeição a ambos os candidatos, assumida pelo jornal.

O interesse aplicado deste trabalho é o de oferecer uma análise concebida como um ato de produção de leitura. Considerando a importância das contribuições da Linguística Textual, parte-se do papel das *expressões nominais anafóricas* (Koch, 2001; Jubran, 2011) no processo de *referenciação* (Mondada; Dubois, 2003) para se conceber a produção de leitura de uma perspectiva discursiva, com o propósito de contribuir para a formação do leitor ao esboçar alguns contornos sobre essa maneira de ler. Como parte das contribuições esperadas, apesar de limitar-se a investigar um único jornal, um único gênero, uma temática e um determinado período, a expectativa é que o funcionamento discursivo das *expressões nominais anafóricas* em editoriais de jornal possa ser expandido, consideradas as devidas especificidades, para outras instituições, outros gêneros, outros momentos históricos e outras temáticas, assim como para possíveis aplicações em sala de aula.

As *expressões nominais* são concebidas, do ponto de vista formal, como “constituídas, minimamente, de um determinante (que pode ser \emptyset) seguido de um nome (substantivo)”(Koch, 2011, p. 75). Ainda do ponto de vista da

forma linguística, o núcleo nominal, que é um substantivo, pode ser precedido por determinantes (artigos, pronomes adjetivos, numerais) e seguido por modificadores (adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas).

Do ponto de vista textual, mas pensando na remissão fórica, as “expressões nominais anafóricas”, em seu papel de retomada de algo já dito no texto, são concebidas a partir de sua relação com outras formulações linguísticas no interior do texto. Participam dessa remissão sentidos que, inscritos nessas formas e na relação entre elas, apontam para processos discursivos de que umas e outras participam. Trata-se, portanto, de considerar que uma ocorrência linguística recai sempre em processos discursivos, registrando, mas, ao mesmo tempo, reatualizando uma memória, marcando, desse modo, o registro de uma memória e uma diferença em relação a ela. Em outras palavras, as formas anafóricas dos editoriais, tal como consideradas neste trabalho, não remetem apenas ao próprio texto. Pelo contrário, sua especificidade é a de que, ao fazê-lo, produzem reatualizações marcadas por determinações sócio-históricas dos candidatos, do jornal e da própria sociedade brasileira.

Em síntese, na perspectiva discursiva adotada neste trabalho, toda enunciação se concretiza por sua inserção em processos discursivos e, nesse sentido, nos beneficiamos de uma visão em que o foco recai no modo como, no processo de referenciação, as *expressões nominais anafóricas* e as relações que elas estabelecem entre si, inscrevem marcas de processos discursivos, num encontro entre trabalho linguístico e determinações sócio-históricas. Limitando-nos aos processos de referenciação efetivados por meio de expressões nominais anafóricas nos editoriais analisados, concebemos, portanto, essas formas como pontos de emergência de processos discursivos, indiciários de *acontecimentos discursivos* (Pêcheux, 2015b, p. 7-24), passíveis também de serem situados em termos de acontecimentos históricos, segundo *séries* históricas (Foucault, 2008, p. 282 e segs.).

Buscando essas particularidades, o objetivo do artigo é compreender o funcionamento discursivo das expressões nominais anafóricas, verificando como, ao referirem-se a cada candidato, recorrem à *memória discursiva*. Esse movimento torna-se apreensível no enunciado, como se pode constatar na formulação de Brandão (2012, p. 99):

[a memória discursiva] separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua

na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos [...]

Para dar conta dos objetivos propostos, propõe-se o seguinte procedimento no tratamento das *expressões nominais anafóricas*: a) consideração do contexto de disputa eleitoral acirrada; b) consideração da mobilização de *acontecimentos discursivos* (anteriores, contemporâneos ou presumidos para o futuro); c) articulação entre o fato histórico da disputa eleitoral com eventuais mobilizações de *acontecimentos discursivos*, de modo a apreender a materialidade de sentido das *expressões nominais anafóricas* em sua constituição.

Nesse sentido, as expressões nominais anafóricas, para além das tendências quanto à valoração de fatos e pessoas e da explicitação dessas tendências, remetem a acontecimentos discursivos e, sobretudo, a relações interdiscursivas que põem em confronto diferentes posições no *espaço discursivo* (Maingueneau, 2008, p. 35), no qual, quando se consideram ao menos duas *formações discursivas*, uma delas se opõe àquela definida como o seu outro.

As contribuições e o interesse aplicado visados neste trabalho estão, como adiantado acima, em operar com as expressões nominais anafóricas como mobilizadoras da memória discursiva na leitura do texto e na formação do leitor.

| Sobre o material

O material³ foi coletado de 16/08/2022 (quando o Tribunal Superior Eleitoral autorizou a propaganda eleitoral, inclusive na internet) a 30/10/2022 (dia do 2º turno das eleições e do último editorial em que os candidatos são mencionados), reunindo um total de 75 editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, no contexto das eleições presidenciais: 13 no mês de agosto; 35 em setembro e 27 em outubro de 2022. Por falta de espaço, selecionamos, para o presente artigo, apenas três editoriais modelares quanto ao funcionamento discursivo das expressões nominais anafóricas no conjunto do material: um em que o antecedente é *Bolsonaro*; outro em que o antecedente é *Lula*.

3 O *corpus* aqui analisado integra a dissertação de mestrado intitulada *Expressões nominais anafóricas em editorial de jornal* (Atalla, 2025), da primeira autora.

| Observações preliminares sobre o material em sua relação com a eleição presidencial, a opinião pública e os presidenciais

Tomada de uma perspectiva histórica, a eleição presidencial de 2022 destaca-se por ter sido a mais acirrada da história brasileira⁴, fato vinculado à conjuntura nacional e internacional. Em termos foucaultianos, um fato como as eleições presidenciais brasileiras de 2022 seria um *acontecimento* quando posto em relação com outros acontecimentos de uma *série* histórica. Por exemplo, para propor um recorte generalizante, é um acontecimento por tomar parte das relações postas pela série histórica da ascensão da extrema direita no mundo. A disputa, protagonizada por Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Bolsonaro, então filiado ao Partido Liberal (PL), não representou apenas o embate entre a esquerda e a direita políticas, o petismo e o antipetismo. Como parte daquela série histórica, foi também objeto de apropriação pelo discurso de líderes da extrema direita ligados a igrejas evangélicas, nesse particular, ganhando sua materialidade da relação de oposição entre o que seria “o bem” e o que seria “o mal”⁵. No Brasil, a reação conservadora, edificada sobre a cisão entre o “bem” e o “mal”, escalou para uma guerra cultural, manifestada entre os eleitores não apenas como violência verbal, mas também como violência física⁶.

Escapando das instituições tradicionalmente responsáveis por sua formação, a opinião pública também desafiou a compreensão, sobretudo porque instituições da esfera política e meios de comunicação passaram a ser contestados⁷,

4 Conforme divulgação do *site* do TSE, no primeiro turno, Lula obteve 48,3% dos votos e Bolsonaro, 43,2%, ainda que houvesse mais 6 candidatos. No segundo turno, Lula obteve 60.345.999 votos e Bolsonaro, 58.206.354, uma diferença pouco relevante em números percentuais e a maior votação de um segundo colocado. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?session=11291452815781>. Acesso em: 04 jan. 2024.

5 Em discurso de campanha em 22 de outubro de 2022, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, membro da Igreja Batista Atitude (de orientação neopentecostal, apesar do nome “Batista”), declarou, aos 9 segundos do vídeo: “Estamos vivendo, sim, uma guerra espiritual”. Em seguida, aos 48 segundos, referindo-se ao PT, afirmou: “Esse mal não vai voltar, esse câncer do partido das trevas vai ser dissipado de nossa nação”, reforçando a construção de uma oposição moralizada entre seu grupo político e o adversário.

6 Sobre o assassinato de um petista por um bolsonarista, ver: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/07/12/petista-morto-por-bolsonarista-disse-ha-2-meses-que-policiais-da-esquerda-seriam-primeiras-vitimas-de-violencia-politica-diz-amigo.ghtml>. Acesso em: 04 jan.2024.

7 Estudos de monitoramento de redes sociais mostraram que a campanha de Jair Bolsonaro e seus apoiadores disseminaram um volume significativo de *fake news* associadas à confiabilidade das urnas eletrônicas, à credibilidade da imprensa, a questões de gênero e família, entre outros. Conferir o mapeamento de “narrativas de desinformação” em trabalho feito pelo NetLab, laboratório de estudos de internet e mídias sociais da UFRJ. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376609809_Acompanhamento_da_Desinformacao_Durante_as_Eleicoes_2022. Acesso em: 09 mar. 2025.

especialmente por eleitores bolsonaristas, responsáveis de forma majoritária, mas não exclusiva, pela disseminação de *fake news* que põem em risco a democracia⁸.

Para o cientista político Felipe Nunes e o consultor de risco político Thomas Traumann (2024), “as opiniões políticas passaram por um processo de engessamento e se transformaram em parte da identidade de cada eleitor.” Nesse cenário, produzido para ser beligerante e de opiniões *calcificadas* (Nunes; Traumann, 2024), os meios de comunicação de massa manifestaram suas preferências eleitorais.

Essa breve contextualização sobre a formação da opinião pública não exclui, porém, o papel das instituições tradicionalmente responsáveis por essa formação, tendo sido justamente uma delas a que nos forneceu a possibilidade de escolha do material para análise: o jornal *O Estado de São Paulo* e, particularmente, um dos gêneros em que a opinião do jornal é mais presente: o editorial. No decorrer do processo eleitoral, particularmente durante o 1º turno, a ideia de uma terceira via circulou pelo país pelos meios de comunicação tradicionais. Embora não se explicite nos editoriais, é preciso considerar que o não posicionamento do jornal em relação a A ou a B não significa imparcialidade ou indiferença quanto ao resultado. Parece ter havido, de fato, uma terceira via computada nessa ausência de posicionamento em relação a um dos candidatos, uma vez mais, como parte do não-dito. Vale salientar que o posicionamento do jornal contra os dois principais candidatos aconteceu antes mesmo que eles estivessem confirmados no pleito pela justiça eleitoral. Ilustra essa posição o editorial de 06/03/2022, intitulado “O roto [Bolsonaro] e o rasgado [Lula]”⁹ (colchetes nossos), em cujo texto o título é ratificado: “um e outro são o que há de pior”. Destaque-se, portanto, que, embora o processo de referenciação, por meio de expressões nominais anafóricas, marque distinções entre um e outro, é no interior de sua indiferenciação que essas distinções são produzidas.

Num contexto de ascensão da extrema direita no mundo, produziu-se também uma qualificação para a disputa local, para a qual se cunhou o termo “polarização”, que, segundo Nunes e Traumann (2024, p. 15), “é um fenômeno [...] ligado à volta do populismo mundial”.

8 Essa tendência foi identificada no último ciclo eleitoral por Felipe Bailez e Luis Fakhouri, fundadores da Palver, plataforma que integrou a força-tarefa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no combate à desinformação durante a campanha de 2022. O depoimento dos fundadores está disponível em reportagem da BBC que analisa a mobilização de eleitores por meio de *fake news*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ceq55vxe9leo>. Acesso em: 09 mar. 2025.

9 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinia/o-roto-e-o-rasgado/>. Acesso em: 02mar.2024.

Embora não seja a posição dos autores, a ideia de polarização vem sendo usada pelos meios de comunicação não só para marcar como extremistas as ações da direita, mas também para retomar uma cristalização histórica sobre um suposto extremismo do partido dos trabalhadores, identificando ambos os polos como correspondendo ao da radicalidade e da inconsequência. Essa é uma posição que consideramos discutível. Por um lado, é preciso lembrar que sempre há chance de polarização em período eleitoral, mesmo quando concorrem dois partidos de centro. Por outro lado, a divisão em dois polos que teriam em comum a irracionalidade sugere a falta de algum lugar em que a razão predomine. Desse modo, não parece haver grande diferença também entre a suposta falta de racionalidade no confronto – sua polarização radical – e a busca de um lugar próprio por parte dos tradicionais meios formadores de opinião. Estes últimos, críticos ao que denunciavam como o efeito nefasto da “polarização”, apoiam-se inteiramente nela para buscarem ocupar o lugar do suposto bom senso, o da chamada “terceira via”, modo contraditório de se apropriar da crítica à polarização e, ao mesmo tempo, dela se utilizarem para se situar no campo de uma suposta racionalidade. Orientam-se, porém, fortemente, para o enaltecimento do que, depois, a mesma imprensa passou a chamar de “direita liberal”, espécie de direita supostamente não aventureira: nem em termos econômicos, nem em termos do respeito às instituições democráticas, alçadas então, não sem alguma conveniência, à posição de destaque.

| Dados de base do material na produção de um objeto do discurso: Jair Messias Bolsonaro como “o roto”

Prometendo defender pautas relacionadas aos militares, Bolsonaro estreou na política como vereador em 1988, após deixar o Exército. Entre 1990 e 2014, foi eleito sete vezes deputado federal, tendo apenas dois projetos de sua autoria aprovados nesse período de 27 anos. Famoso por suas declarações polêmicas em relação a raça, sexualidade, gênero e violência urbana, ganhou notoriedade por sua defesa da Ditadura Militar e de torturadores. Ainda que tenha concedido entrevistas a vários programas exibidos na televisão aberta, Bolsonaro é refabricação própria das redes sociais¹⁰. Nunes e Traumann (2024) relacionam o uso de vídeos e memes, incomuns à época, à popularidade que levou Bolsonaro a ser o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro em 2014: 464.572 votos, 4 vezes mais do que nas eleições de 2010.¹¹

10 Já em 2020, Bolsonaro exibia seu prestígio nas redes sociais: 35 milhões de seguidores. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1793499684132343>. Acesso em: 14 jan. 2024.

11 Informação disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_uf=RJ&session=307189659675779. Acesso em: 13 jan. 2024.

Partidário da antipolítica e da posição antissistema, encaixa-se nesse fenômeno que a socióloga Esther Solano (2019, p. 309) classifica como mundial. Caracteriza-se, por um lado, por marcar o enfraquecimento dos partidos tradicionais e de sua institucionalidade em função de crises econômicas e sociais. Por outro, caracteriza-se pelo recrudescimento de “grupos de extrema direita [que] se fortalecem explorando a retórica antissistema”, tomando como argumento outro tipo de crise, marcado pela relação entre a revolução tecnológica e suas causas: “desemprego, perda de poder aquisitivo, crises migratórias, insegurança pública, desesperança no futuro” (Solano, 2019, p. 308). Eis, portanto, uma explicação menos local do que seria um modelo de candidatura populista que se alimenta de produzir e explorar crises para se fortalecer.

| Dados de base do material na produção de um objeto do discurso: Luiz Inácio Lula da Silva como “o rasgado”

Lula, quando sindicalista, liderou greves de trabalhadores no ABC Paulista e desempenhou um papel fundamental na fundação do PT em 1980, no período de abertura política. Tornou-se uma figura proeminente no movimento *Diretas Já* durante a redemocratização, marcando assim o início de sua carreira política. Em 1986, obteve uma vitória expressiva ao ser eleito deputado federal por São Paulo. Sua primeira tentativa presidencial ocorreu em 1989, quando chegou ao 2º turno, mas foi derrotado por Fernando Collor de Mello. Posteriormente, concorreu novamente à presidência em 1994 e 1998, mas perdeu ambas as eleições no 1º turno para Fernando Henrique Cardoso.

Em 2002, Lula alcançou a presidência do Brasil e foi reeleito na eleição de 2006. Apesar de seu alto índice de popularidade no final de seu segundo governo, em 2010, o antipetismo já vinha sendo gestado nos meios tradicionais de comunicação em virtude do escândalo do Mensalão, uma espécie de compra de apoio parlamentar no Congresso Nacional. A história de Lula não se desvincula da história do PT e a rejeição ao político coincide, em parte, com a rejeição ao partido. Em 2013, na esteira das manifestações de junho, encabeçada pelo *Movimento Passe Livre*, um outro movimento, entre parasitário e oportunista, mas articulado ao primeiro e muito bem planejado, se sobrepôs e evoluiu, mobilizando a população para ir às ruas em manifestações contra a presidente Dilma Rousseff, do PT. O antipetismo encontra, então, respaldo na insatisfação com os rumos da economia e argumento nas condenações do passado recente. Recrudescem acusações de corrupção ao partido, ao governo Dilma e, embora nunca comprovadas, à própria presidenta. Vestindo camisetas amarelas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e exibindo pautas difusas, manifestantes foram às ruas. Essas manifestações acabaram por se desdobrar

em pedidos de *impeachment* da presidenta, o que, de fato, se concretizou, resultando no mandato tampão de Michel Temer, que abriu caminho para a ascensão da extrema direita.

No mandato de Michel Temer, vice-presidente na gestão Dilma Rousseff, outro fato insuflou o antipetismo: o ex-presidente Lula, investigado pela operação Lava-Jato da Polícia Federal, foi acusado e condenado por corrupção. Depois de preso por 580 dias, teve os processos que o levaram à prisão anulados pelo Supremo Tribunal Federal. A prisão de Lula serviu para insuflar o ódio ao PT. Mesmo assim, na eleição de 2022, Lula se tornou o primeiro candidato a derrotar um presidente em exercício que tentava a reeleição. No seu discurso de posse, ele parece sintetizar sua história de condenação: “Tentaram me enterrar vivo, mas eu ressuscitei!”¹²

Para encerrar este item, lembramos que o material analisado foi, até este ponto, caracterizado em função das *condições de produção* (Pêcheux, 2014b, p. 76-86) atuantes quando da publicação dos editoriais investigados. Trata-se, pois, de uma primeira direção para a constituição do material analisado como parte de um *arquivo* muito mais amplo. Voltando-nos para o jornal que publicou esses editoriais, outros elementos das *condições de produção* entram em ação, ligados ao próprio gênero do discurso e à linha editorial, ambos com histórias que remetem também ao *discursivo prévio* que, a partir daquele arquivo, fala no material de análise.

| O editorial e a linha editorial

Trabalho do editor, representando o próprio jornal, o editorial, em diálogo com antecipações sobre as expectativas de patrocinadores e assinantes, apresenta o ponto de vista do jornal como uma possibilidade de acordo a respeito de uma questão em foco, tecendo, na persuasão buscada no âmbito de diferentes auditórios particulares (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 29-30), a universalização pretendida da opinião pública. Sua natureza opinativa e sua abrangente circulação são elementos importantes na formação da opinião pública.

Considerando-se que o editorial apresenta a opinião do próprio jornal e que o Estadão ocupa o 3º lugar em circulação (na versão “*on-line*” e impressa),

¹² Conferir em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/discurso-vitoria-lula.htm>. Acesso em: 15 jan. 2024.

em relação aos veículos tradicionais¹³, nunca é demais insistir que os veículos de imprensa, bem como seus editoriais, participam da formação da opinião pública.

No contexto específico do início da campanha eleitoral de 2022, já se consolidara um cenário em que grande parte do eleitorado havia se decidido entre dois candidatos com posições de campanha muito distintas e em que a mídia tradicional já não era mais a principal fonte de informação e de formação de opinião. Nessa conjuntura, o *Estadão* se posicionou explicitamente contra os dois candidatos no editorial de 02/10/2022 intitulado “Nem Bolsonaro, nem Lula”¹⁴; no editorial de 03/10/2022 intitulado “O pior dos pesadelos”¹⁵ e no editorial de 08/10/2022 intitulado “Nem mensalão, nem orçamento secreto”¹⁶. No dia, 21/10/2022, no entanto, o *Estadão* considera Lula um “mal menor” à nação, no editorial intitulado “As piruetas retóricas de Lula”¹⁷.

| Uma perspectiva discursiva para a análise dos dados: a questão da escolha

Para situar a perspectiva teórica de modo objetivo e voltado para a análise dos dados, nos limitaremos à noção de *seleção*, cara tanto a Saussure quanto, modificada, a Jakobson. Este último defende que o “arranjo por seleção atua tanto em relação ao código, como em relação à mensagem dada, ao contrário de Saussure, que o concebe como um arranjo dos signos em ausência, numa série mnemônica virtual, ou seja, apenas no código” (Jakobson, *apud* Corrêa, 2009). Jakobson (1975, p. 39), além de propor essa atuação da seleção também na mensagem, defende ainda uma “escala ascendente de liberdade do sujeito na combinação de unidades linguísticas, de tal modo que na combinação de enunciados em frases, cessa a ação das regras coercitivas da sintaxe e a liberdade de qualquer indivíduo para criar novos contextos cresce substancialmente”. Valhamo-nos, a propósito, da indagação de Corrêa (2009, p. 44), feita a partir de Pêcheux (2014a), a esse respeito: “como conciliar essa liberdade com as

13 Conforme matéria da *Folha de São Paulo*, o Instituto Verificador de Comunicação, ao mudar o cálculo de assinaturas, confirma que a mesma *Folha* é líder em circulação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>. Acesso em: 04 jan. 2023.

14 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/nem-bolsonaro-nem-lula>. Acesso em: 14 ago. 2024.

15 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/o-pior-dos-pesadelos>. Acesso em: 14 ago. 2024.

16 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/nem-mensalao-nem-orcamento-secreto>. Acesso em: ago. 2024.

17 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/as-piruetas-retoricas-de-lula>. Acesso em: 14 ago. 2024.

restrições contextuais e comunicativas, propostas pelo próprio autor? Qual seria, por exemplo, o efeito da presença do destinatário quanto ao modo de arranjo dos signos por seleção?”¹⁸.

A conclusão de Corrêa (2009), baseada em Pêcheux (2014a), e sua crítica à “escala ascendente de liberdade” interessa a este trabalho por lembrar que a escolha pode fazer parte de procedimentos de controle do discurso (Foucault, 1996), já que, na realização da mensagem (do “discurso”), devem ser consideradas as condições de possibilidade do próprio ato de comunicação, fora, portanto, do que Jakobson chama de *código*. Essas considerações levam Corrêa (2009, p. 46) a propor uma distinção entre o domínio do código e o domínio da mensagem: “o eixo da seleção visto como possibilidade de uma “escala ascendente de liberdade” pode ser reconhecido “no âmbito do código, mas, no âmbito das mensagens, uma espécie de mutação semântica se oculta sob o mesmo rótulo da seleção”. E o autor especifica essa mutação semântica:

Trata-se, neste segundo caso, mais de exclusões que de escolha, como se o remetente e o próprio código se pusessem à prova, a cada vez, diante do destinatário, modo de se recolocar o código no circuito de sua própria gênese. “Estar no erro”, nesse caso, é deixar de fazer as devidas exclusões (Corrêa, 2009, p. 44).

Pêcheux (2014b) reúne toda uma tradição de estudos da linguagem sob o rótulo de “ciência clássica da linguagem”. Segundo o autor,

[a ciência clássica da linguagem] pretendia ser ao mesmo tempo ciência da expressão e ciências dos meios desta expressão, e o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os ‘meios de expressão’ estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender) (Pêcheux, 2014b, p. 61).

Na visão do autor, a preocupação dessa ciência pré-saussuriana voltava-se para a função e não para o funcionamento da língua, como pretendia Saussure. Mesmo que distante no tempo e das pretensões da Teoria da Comunicação,

18 Diversas teorias linguísticas abordam a questão da escolha, e a Linguística Sistemico-Funcional (LSF), proposta por Halliday, é um exemplo. Nessa perspectiva, a linguagem é vista como um sistema de escolhas paradigmáticas, no qual cada seleção exclui outras. Essas escolhas se organizam em sistemas inter-relacionados e são orientadas por três metafunções: ideacional (representação da experiência), interpessoal (relações entre interlocutores) e textual (organização do discurso). Assim, variações como a ordem das palavras, o uso de voz ativa ou passiva e diferentes níveis de formalidade refletem as possibilidades de escolha dentro desse sistema. Cf. Halliday e Matthiessen (2004).

o tema da seleção linguística na “ciência clássica da linguagem” é concebido como de natureza plenamente consciente, sendo as escolhas das formulações linguísticas atribuídas a uma decisão centralizada no sujeito, que teria à disposição, por um lado, a gramática da língua – o “código” para Jakobson (1975) –, e por outro, via faculdade humana da memória, os conhecimentos adquiridos por experiência, sempre disponíveis à ativação individual, mesmo quando se admite, como em Jakobson, que o elemento propulsor dessa escolha é a relação entre os seis elementos do ato comunicativo, dentre os quais os interlocutores. A se considerar esse sentido, mesmo em casos limites, quando o sujeito é submetido à injunção de dizer (e até à injunção de enunciar algo em particular), a formulação linguística guardaria a liberdade de escolha do sujeito. A centralidade do sujeito mais a ênfase no papel de uma faculdade humana distribuída igualmente entre os diferentes indivíduos – a da memória junto com a capacidade de sua ativação – permitiriam mobilizar, em âmbito individual, conhecimentos prévios na seleção de elementos para a formulação linguística.

Para a “ciência clássica da linguagem”, tal como descrita por Pêcheux (2014a), a escolha sempre se confunde com o domínio da gramática da língua. Bastaria, portanto, esse domínio para compreender e ser compreendido. Posição diferente é a da perspectiva discursiva que concebe a escolha sempre sob a ação das *condições de produção do discurso* (Pêcheux, 2014b) e da *memória discursiva* (Brandão, 2012; Pêcheux, 2015).

Pode-se, pois, concluir que, como o discurso sempre remete ao *discursivo prévio* – uma das facetas das *condições de produção do discurso*: a das *relações de sentido* (Pêcheux, 2014b, p. 76) –, nunca se faz uma escolha diretamente na memória linguística individual (“no tesouro guardado na memória de todo indivíduo”, na formulação saussuriana), impondo-se sempre uma exclusão, um esquecimento – fragmento de um não dizível –, formalizado em um lugar distinto daquele em que o discurso atual se realiza. Não se trata, portanto, de uma recusa do que é exclusivamente linguístico, mas de algo que, embora sempre linguístico (tendo efetivamente uma materialidade linguística), marca-se também pela historicidade de seus (não) usos – e não simplesmente por imposição de convenções sociais. Dito de outro modo, marca-se também por conter uma materialidade histórica, não apreensível apenas pelas convenções, já que pode situar-se fora do campo do dizível numa dada conjuntura.

Como se vê, na atuação da *memória discursiva*, não basta considerar a memória como faculdade humana, nem a memória individual concebida como aquela introjetada pelo indivíduo. Entre lembrança e esquecimento, é sempre pela atuação da *memória discursiva* que a escolha no já produzido é feita. Não basta,

portanto, reconhecer que tudo quanto se cristaliza na língua é, antes, trabalhado no discurso, já que a formulação prevista pela língua é também, em cada reapresentação, atravessada pela experiência (o “mesmo” que se disponibiliza pela cristalização) e pela novidade (a “diferença” de toda reapresentação) do discurso.

Restaria ainda uma questão: sendo escolha, que diferença faria escolher um elemento linguístico (uma expressão nominal anafórica) na língua ou na historicidade dos seus (não) usos? Conforme Pêcheux (2014a, p. 161), a *memória discursiva* pressupõe um tipo de esquecimento que seleciona, de modo inconsciente, uma sequência de enunciados no interior de uma *formação discursiva*. A consideração do não-dito envolve, portanto, não só a *memória discursiva* como também as relações interdiscursivas e, nestas, as *formações discursivas*, já que a escolha de uma expressão nominal anafórica pode ser vista como a exclusão de uma outra e, portanto, de um outro. Ora, ao se definir em relação a esse outro excluído, do qual precisa se distanciar, delinea-se o território de uma *formação discursiva*. O que “pode e deve ser dito” é, pois, definido em relação a um interdito, sempre situado numa posição “numa dada conjuntura”. A *formação discursiva* determina, portanto, “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura (Pêcheux, 2014a, p. 147).

Maingueneau (2008, p. 14) atenta para o fato de que esse excerto poderia ter dupla interpretação, pois estar *articulado sob a forma de* pode ser compreendido de duas maneiras: “É a posição, que é determinante, e o gênero de discurso parece ser exatamente o lugar onde se manifesta alguma coisa que, por essência, está escondido, seguindo nesse aspecto o modelo psicanalítico dominante na época” (Maingueneau, 2008, p. 14). Portanto, estar *articulado sob a forma de* pode ser entendido como se o gênero discursivo (*arenga, sermão*) fosse determinante para a realização da *formação discursiva*, ou como se fosse um acessório, um suporte em que se realizam tais formações. Maingueneau defende a segunda interpretação, com a qual assentimos.

| Análise

Para a análise, selecionamos três editoriais dentre aqueles que compõem o *corpus* da pesquisa da primeira autora, Atalla (2025): dois em que o objeto do discurso é *Bolsonaro*, um em que é *Lula*. Escolhemos analisar uma expressão nominal anafórica em cada editorial, pois essas formas, por um lado, refletem bem a posição do jornal em relação a cada um. Por outro lado, contemplam a

possibilidade de apreender, dentro da aparente indiferenciação – a avaliação negativa comum –, as distinções, com matizes específicos, atribuídas a um e a outro a partir da *memória discursiva*.

| “O chefão petista” e o posto de observação de quem vê o “espírito divisor”

O editorial “As consequências do ódio”, do dia 10/09/2022, discute a conduta de Lula e Bolsonaro na campanha eleitoral. Para o enunciador, os candidatos são responsáveis por “sangue derramado por divergência política”. Vejamos a expressão nominal anafórica definidora do posto de observação ocupado pelo jornal e assim manifesto no editorial (grifos e colchetes próprios):

(1) Se Bolsonaro não colabora nem um pouco para acalmar os ânimos de seus camisas pardas, Lula da Silva [1] também não ajuda. A despeito de seus cabelos brancos e do fato de já ter governado o País por dois mandatos, ainda demonstra ter enorme dificuldade para conter seu espírito divisor, sobretudo quando sobe em um palanque.

Interpretando o funcionamento da linguagem a partir da noção de arquivo, Guilhaumou e Maldidier (2016, p. 116) propõem que o sentido não é dado, mas regido por uma lógica de opacidade. Nesse quadro, ainda que a expressão nominal anafórica pareça remeter a um sentido já estabilizado e, portanto, prontamente compartilhado pelos interlocutores, seu funcionamento discursivo revela uma espessura semântica que escapa à transparência esperada. Ao mesmo tempo, os autores lembram que “o arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações conflitantes”.

Dessa forma, ao buscar o já-dito nas relações interdiscursivas, não se pode menosprezar o papel do não-dito na constituição do sentido do texto. As relações interdiscursivas devem, pois, ser consideradas não apenas em relação ao exemplar do *arquivo* que temos em mãos (um documento material e concreto – no nosso caso, o texto analisado), mas, a partir dele, considerar também o não-dito, interpretável, conforme adiantamos, como parte da *memória discursiva*, já que esta tem uma *função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera* (Brandão, 2012, p. 99).

Nesse sentido, do ponto de vista discursivo, faltaria considerar as determinações do que *pode e deve ser dito* e, portanto, também da parte silenciada do não dito. Nesse viés, o território do dizer, marcado pela exclusão de um outro (pela

“escolha”), dá os contornos de uma *formação discursiva*. Nesse movimento de marcar um posicionamento e não outro, é que buscamos compreender o uso das expressões nominais anafóricas. Portanto, é a *formação discursiva* que determina o aparecimento da forma remissiva – o *chefão petista* [1'] –, importando, pois, da perspectiva discursiva, não só a posição que ela representa, mas também a posição que ela exclui.

O fato de sua aparição se dar num editorial de um jornal de grande circulação aponta para uma leitura específica do arquivo. Em primeiro lugar, porque o jornal privilegiava dois posicionamentos no conjunto dos candidatos; em segundo lugar, porque, ao fazê-lo, se supunha a defesa de uma “terceira via” como efeito argumentativo. Ora, como essa defesa está ligada a um público específico – clientes e assinantes –, supõe-se que a forma anafórica o *chefão petista* [1'] se dirija a esse público que, supostamente, tenderia a aderir a um terceiro posicionamento, nem *roto*, nem *rasgado*, fora da radicalização criticada pelo jornal.

Desse modo, no acontecimento discursivo do encontro entre leitor/formador de opinião, ficaria sugerida a posição do jornal e favorecida a fidelização dos leitores. É preciso considerar, porém, o papel do contexto de polarização que, então, marcava o país. Não frustraria ele o efeito previsto desse encontro?

No sintagma nominal o *chefão petista* [1'], o nome apresenta como modificador o adjetivo “petista”. O jornal sempre se opôs às candidaturas de esquerda, como bem atestam seus próprios editoriais e outras publicações, entre elas uma reportagem que considera que a ascensão da esquerda na América Latina seja um “risco”¹⁹. Vale lembrar, ainda, que após as acusações de corrupção envolvendo o PT, desde o Mensalão até as investigações da Lava-Jato, os veículos de imprensa tradicional exploraram amplamente o tema da corrupção, de tal modo que essa marca se fixou como o antipetismo engendrado sobretudo nos grandes meios de comunicação. Não é de espantar, portanto, que tenha sido esse um recurso amplamente explorado na campanha de Jair Bolsonaro. “Petista”, nesse sentido, materializa uma memória de corrupção e apaga uma memória de atuação do partido – principalmente, quanto à sua atenção ao campo social – cara à população que avalia positivamente os governos do partido, principalmente em seus dois primeiros governos com Lula à frente,

19 Conferir, por exemplo: o *Estadão* deu início a uma série de publicações intitulada “Os riscos da ascensão da esquerda na América Latina”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/os-riscos-da-ascensao-da-esquerda-na-america-latina>. Acesso em: 01 mar. 2024.

que, segundo o Datafolha, encerrou o segundo mandato em 2010 com 83% de aprovação²⁰.

Além da restrição de sentido no modificador “petista” do sintagma nominal “o chefão petista”, em que é o partido que é visado, há que se considerar também o seu núcleo: “chefão”. O nome, individualmente, poderia ser valorado de modo positivo se considerássemos um sentido em que o cargo de chefe representasse simplesmente uma posição que marcasse merecimento de reverência ou apenas ocupação de um lugar de decisão e poder. No entanto, nesse caso, “chefão” pode referir-se a um indivíduo criminoso ou estabelecer uma relação intertextual com o título do filme *O Poderoso Chefão*, de Francis Ford Coppola, baseado no romance homônimo de Mario Puzo, que retrata as tramas da máfia italiana.

Por fim, ainda na estrutura do sintagma nominal no qual se especifica a expressão nominal anafórica o *chefão petista* [1’], o determinante artigo “o”, muito longe de ser apenas um “definidor” do nome, restringindo-se a marcar certa familiaridade entre os interlocutores quanto à pessoa do “chefão”, indica – ao mesmo tempo em que produz esse efeito de familiaridade – centralização do poder em uma única pessoa, eliminando, já no primeiro elemento da expressão nominal anafórica, qualquer possibilidade de coletivização da instituição partidária referida no modificador. Portanto, na exclusão dos sentidos: a) de simples determinativo para o artigo; b) de ocupante de lugar de decisão para o nome; e c) de filiação a um partido político para o modificador do nome, a forma assim constituída indica algo como: *centralização num único indivíduo* (“o”) *de poder mafioso* (“chefão”) e de corrupção (“petista”).

Por sua vez, o tom jocoso do editorial, marcado todo ele por encadeamento de ironias e alusões, é o que promove o acordo e conduz o leitor em sua leitura, remetendo a vários sentidos possíveis. Esse efeito pode ser observado no excerto analisado, em que a expressão “seus camisas pardas”, em referência a Bolsonaro, alude aos membros do grupo paramilitar nazista *Sturmabteilung* (SA), também conhecidos como “camisas pardas” (cf. Arendt, 2013, p. 420). No mesmo trecho, a ironia também se manifesta na afirmação de que Lula da Silva teria “enorme dificuldade para conter seu espírito divisor, sobretudo quando sobe em um palanque”. Considerando a reconhecida habilidade discursiva de Lula nesse contexto, a suposta dificuldade mencionada deve ser interpretada não como uma limitação, mas como uma escolha estratégica para acirrar a

20 Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. Acesso em: 04 jan. 2024.

discórdia entre os eleitores. Dessa forma, o editorial equipara Lula, com seu “espírito divisor”, a Bolsonaro, líder dos “camisas pardas”, estabelecendo uma equivalência que dilui as distinções entre suas posições políticas.

Todas essas qualificações que constroem o objeto do discurso “candidato Lula” estão na memória discursiva do leitor, e a qualidade de sua leitura dependerá sempre do distanciamento que ele alcançar em relação ao que lhe é permitido/imposto escutar e ler. O modo como as ironias e alusões são recebidas têm relação direta, portanto, com a qualidade de leitura e não se explicam apenas por uma capacidade individual do leitor, mas pela posição que lhe é dado ocupar no interior de uma *formação discursiva*. É, pois, significativa a atenção do professor e do pesquisador em formação ao modo como podem ser interpretadas as expressões nominais anafóricas quando se adota uma perspectiva discursiva. Da mesma maneira, ao formador desses estudantes, a atenção não só ao já-dito mas também ao não-dito (que também integra a memória discursiva) pode ser um elemento de discussão no ensino de modo a produzir deslocamentos de posição e distanciamentos em relação ao que é lido e produzido como escrita acadêmico-científica.

Pode-se, neste ponto, discutir o efeito das construções argumentativas a partir do editorial analisado. Pelo efeito de diluição do coletivo no partido político (e não por sua afirmação); pelo destaque da corrupção (e não das realizações de seus dois mandatos e de sua aprovação como presidente da república), a retomada de Lula como objeto do discurso é feita, ainda que disforicamente, por referência a instituições de que faz/fez parte.

| “Esse falso profeta” do posto de observação do “transe místico”

O editorial “E Bolsonaro venceu”, de 24/10/2022, aparece a seis dias do 2º turno das eleições e três dias após o editorial “As piruetas retóricas de Lula” ter considerado Lula “um mal menor”. A tese central do editorial em questão é de que, ainda que pudesse perder as eleições, Bolsonaro já tinha obtido uma vitória ao arruinar o debate público, em virtude do “terrorismo religioso” de pastores bolsonaristas que divulgaram a informação falsa de que Lula fecharia igrejas, se eleito. Observemos este excerto (grifo e colchetes próprios):

(2) Ungido por sua formidável máquina de agitação e propaganda como o “messias” que salvará os cristãos da imoralidade esquerdista, Bolsonaro [1] foi dispensado de explicar os inúmeros erros de seu governo e de dizer o que pretende fazer nos próximos quatro anos. Ao tentar manter

os eleitores em transe místico, esse *falso profeta* [1'] escapou do julgamento moral sobre sua criminoso transformação do Estado brasileiro em máquina a serviço de seus interesses eleitorais.

Nele, há um encadeamento de temas do campo religioso: “ungido”, “messias”, “salvará”, “cristão”, “transe místico”, que é encerrado com a expressão nominal anafórica esse *falso profeta* [1'], também do campo religioso, recuperando o objeto do discurso “Bolsonaro”. O *marketing* pessoal de Bolsonaro forjou a representação do então presidente como o “messias”, personagem que, no cristianismo, foi materializado na figura de Jesus Cristo. Por extensão, Bolsonaro – tendo também “Messias” no nome – seria o messias capaz de salvar a nação e redimi-la de seus pecados. Bolsonaro é a versão brasileira de candidaturas de extrema-direita, que assumiram o papel de “outsiders”, ou seja, de candidatos antissistema. De acordo com Solano (2019, p. 309), trata-se de uma “tendência política” construída “a partir da negação” e não de “questões programáticas ou propositivas”. Para a autora, o movimento é “não apenas antipetista, mas antipartidário; não apenas antipartidário, mas antissistêmico”.

É importante salientar que, embora “antissistema” não corresponda necessariamente às práticas de governantes eleitos sob essa categorização, muitos líderes da extrema-direita foram eleitos com o auxílio desse tipo de rotulação política. Neste editorial do *Estadão*, o enunciador, em um jogo de palavras entre a política e a religião, afirma que Bolsonaro foi “ungido” pela máquina publicitária que o vendeu como “messias”, forma aporuguesada de origem hebraica que significa, literalmente, “ungido”.

O comentário do jornal, ao reduzir a figura de Bolsonaro a mera propaganda, não polemiza – como se esperaria de uma posição crítica em face das complexidades estruturais da sociedade – com posicionamentos que defendem a figura do líder populista como uma saída para um país com sérias deformações sociais. A retomada anafórica a partir da expressão nominal esse *falso profeta* [1'] tem efeito contemporizador, pois a provocação dominante na voz do enunciador nunca chega a marcar uma região argumentativa distinta da dos dois candidatos. Em outras palavras, o editorial se aproxima do modo como os candidatos se interpelam, sob o freio da comunidade votante que sempre pode vir a ser um apoiador. Nesse sentido, embora desloque, de forma despectiva, a condição postíca de profeta, ocupa o mesmo espaço da interpelação de palanque entre adversários. Nesse sentido, ao escolher um argumento cúmplice da memória de construção de um líder messiânico, mais se aproxima do que se distancia do interlocutor, ou seja, da *persona* caricata de Bolsonaro e de seu tom farsesco. Desse modo, mesmo vendendo rancor por sabedoria e embuste por regramento

político; mesmo não correspondendo nem a um homem do povo (porque não associável a nada parecido com a sabedoria popular), nem ao que se espera de uma figura da elite política (porque sempre posicionado, simultaneamente, dentro e fora do jogo político), o candidato ganha uma cumplicidade morna no editorial.

Nesse editorial, a expressão nominal anafórica *esse falso profeta* [1'] é um aspecto de um *acontecimento discursivo* (Pêcheux, 2015b) inscrito em uma *série histórica* (Foucault, 2008) transnacional por meio da qual líderes populistas performam a figura de um profeta. A significação dessa retomada anafórica só é possível porque a memória discursiva garante sua materialidade – na língua e na história – como um acontecimento discursivo. A expressão nominal anafórica *esse falso profeta* [1'], tal como “acontece” no editorial, marca o *ponto de encontro entre uma atualidade* [o aparecimento dessa anáfora na construção do objeto do discurso “Bolsonaro”] e *uma memória* [a dos líderes messiânicos]” (Pêcheux, 2015a, p. 16).

Além da memória discursiva, que guarda a opacidade do arquivo, essa expressão nominal anafórica permite interrogar qual *esquecimento* (Pêcheux, 2014a, p. 160-162) autoriza o seu aparecimento, firmando-o na memória de um redentor cristão, mas desprezando outras referências messiânicas distantes da representação cristã.

No interior da *série* (Foucault, 2008) em que Bolsonaro seria uma versão brasileira de líderes extremistas mundiais, existem outros *acontecimentos* (Foucault, 2008) menos visíveis que poderiam ser considerados nos editoriais, mas que não o são ou por serem menos convenientes para seus apoiadores, ou menos inteligíveis no convencimento dos antagonistas ou, por fim, por serem menos recomendados para os meios de comunicação, como o jornal em questão. Este último parece não ir além de uma dissonância entre o discurso cristão de Bolsonaro e suas ações, atitudes e depoimentos às mídias.

Bolsonaro e seus aliados políticos frequentemente promovem eventos políticos com discursos que incorporam elementos religiosos. Nesses discursos, há uma outra *série*, ligada à *teologia do domínio*, importada dos Estados Unidos, teologia que, segundo alguns teólogos, como Eliseu Pereira (2023), teria substituído a *teologia da prosperidade*, fato que, no material analisado, nem sempre parece cumprir-se. O fato político relevante dessa nova *série* é sua associação com a ascensão de líderes de extrema direita em âmbito mundial. A *teologia do domínio* é um traço de denominações religiosas que defendem uma teologia de dominação política pela imposição de palavra de Deus, correspondente,

em termos políticos, à passagem do estado laico para o estado teocrático (cf. Pereira, 2023). O professor João César de Castro Rocha, em entrevista ao canal Opera Mundi IGL Notícias²¹, sugere que o messias mais próximo desses discursos é, na verdade, Davi, senhor do Império e do exército.

O lugar do messias estaria, portanto, em disputa. De um lado, o messianismo espelhado na figura de Cristo, de outro, o que se espelha em Davi, reis dos exércitos. Os protagonistas dessa disputa, frequentemente representados por líderes de extrema direita, identificam a beligerância com o bem.²²

A expressão nominal anafórica *esse falso profeta* [1], que é interpretada pelo jornal por oposição à figura de Cristo, pode, na verdade, ser vista como a emergência de uma nova *série* histórica, em que a figura do messias é posta em disputa. Desse modo, embora o jornal promova uma indiferenciação entre os dois candidatos do ponto de vista da valoração, o tratamento dispensado a eles é diferente, o que pode ser mostrado por meio das expressões nominais anafóricas. Enquanto Bolsonaro é tratado discursivamente como sujeito (um *outsider*), Lula é discursivamente tratado como representante de uma instituição política (um partido), em que pese a pesada crítica feita a ele.

| “Sua alardeada virilidade” do ponto de observação de quem vê o obsceno

O editorial “Bolsonaro envergonha o País no Bicentenário” critica Jair Bolsonaro por transformar as comemorações dos 200 anos da Independência em um ato de campanha, utilizando a estrutura pública para fins partidários. O *Estado* aponta seu desrespeito ao decoro ao priorizar apoiadores em detrimento de autoridades diplomáticas e ao protagonizar cenas incompatíveis com a dignidade do cargo. Um dos aspectos dessa crítica manifesta-se na expressão nominal anafórica *sua alardeada virilidade* [1’], conforme a seguinte passagem:

(1) Jair Bolsonaro [1] simplesmente provoca asco. Para que não houvesse dúvida do seu caráter, ainda puxou um indecoroso coro a respeito de *sua alardeada virilidade* [1’]. Em respeito ao leitor, não reproduziremos aqui o que disse o presidente, mas é o caso de perguntar: há limites para este senhor? (*O Estado do S. Paulo*, edição de 8 de setembro de 2022).

21 Conferir a entrevista, a partir do minuto 31:26. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Xjp9u5BXsjk?si=tsqWL-XYUGs-lj8o>. Acesso em: 12 out. 2024.

22 Uma mostra dessa nova *série* histórica parece ter sido dada na manifestação pela “Defesa do Estado Democrático de Direito”, inusitado nome da manifestação do dia 25/02/2024, convocada por Bolsonaro.

O jornal evita explicitar que o coro fazia referência ao suposto desempenho sexual de Bolsonaro, evidenciando sua posição ao sugerir que certos temas não devem circular na esfera pública. Essa interdição discursiva, de cuja ruptura se nutre o discurso de Bolsonaro, reflete um jogo de *exclusões*, validado nesse particular pelo jornal, e define o que pode ou não ser dito publicamente (Foucault, 1996, p. 12). A fim de examinar essa forma *sua alardeada virilidade [1']*, importa lembrar que o já-dito de discursos inscritos na memória discursiva pode emergir como novidade no acontecimento discursivo da expressão nominal anafórica. Assim, o núcleo do sintagma nominal “virilidade”, selecionado pelo editorial, ancora-se em uma memória socialmente construída sobre o ser viril, historicamente vinculada ao masculino. Tal construção dialoga com a formulação de Baubérot (2013, p. 189) – “não se nasce viril, torna-se viril” –, que, por sua vez, remete ao pensamento de Beauvoir (2009, p. 361): “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Ambas as proposições sintetizam a ideia de que o gênero é uma construção sócio-histórica e, nesse contexto, a virilidade se estabelece como um de seus pilares normativos.

No caso de Bolsonaro, contudo, a própria ruptura da interdição ao falar de sua virilidade é vista como uma sua suposta comprovação, apresentada aos eleitores como um traço necessário de sua força e combatividade²³. Ao longo de sua trajetória, ele recorreu a discursos que reforçam esse argumento, como demonstram declarações midiáticas emblemáticas, as quais, tendo sido midiaticizadas²⁴, inscreveram-se na história e dão materialidade à expressão nominal anafórica *sua alardeada virilidade [1']*, cujo sentido ultrapassa a menção ao famigerado coro de “imbrochável”, que está, portanto, no plano do que foi linguisticamente expresso.

As declarações mencionadas neste artigo não esgotam o repertório de falas machistas, racistas, violentas e homofóbicas de Bolsonaro, mas são representativas da memória discursiva que se reatualiza no retorno de certa noção de virilidade. E há vínculos com a história transnacional do populismo de extrema direita, também ancorado num ideal de masculinidade combativa. Na formação discursiva em que o editorial se inscreve, a interpretação de *sua*

23 Conferir em vídeo um dos momentos em que Bolsonaro faz menção à sua virilidade e heterossexualidade a apoiadores que questionaram seu estado de saúde: https://www.youtube.com/watch?v=-GTIirymemw&ab_channel=UOL. Acesso em: 23 nov. 2024.

24 Em diferentes contextos, em declarações, amplamente divulgadas pela mídia, Bolsonaro associa masculinidade à violência (“Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”), à homofobia (“Tem que deixar de ser um país de maricas”), à objetificação sexual com conotação racial (“Tudo pequenininho aí?”) e à misoginia (“Dei uma fraquejada e aí veio uma mulher”).

alardeada virilidade [1'] é precisamente aquela que o *Estadão* não se autoriza a mencionar.

A recusa em tratar sua conduta dentro dos marcos convencionais da crítica política sugere uma deslegitimação simbólica: Bolsonaro não é enquadrado como um agente institucional cujas ações demandam um debate formal, mas como uma figura cuja conduta ultrapassa os limites da política e recai no domínio da personalidade. Esse deslocamento opera um duplo efeito: ao mesmo tempo em que expõe sua inadequação à esfera pública, evita que seu comportamento seja debatido nos termos tradicionais do embate político, reforçando sua posição de *outsider*.

| Considerações finais

Considerando a opacidade do *arquivo*, o objetivo central deste trabalho foi compreender como as expressões nominais que referenciam anaforicamente os candidatos, ao remeterem a *memórias discursivas*, permitem indagar sobre o já dito e também sobre o não dito. O uso de expressões nominais anafóricas remete aos candidatos Bolsonaro e Lula à Presidência da República em 2022 e revela, por vezes, de modo evidente, a opinião do jornal, embora ele assumira um posicionamento mais reservado em outras ocasiões. As expressões nominais anafóricas são um aspecto do *acontecimento discursivo* dos editoriais, os quais respondem não só a uma *série* histórica interna, em que o tema dominante são as eleições à presidência da República de 2002 e a ascensão da extrema-direita no Brasil, mas também a uma *série* que, em termos mais gerais, se integra a um movimento extranacional da extrema direita, envolvendo estratégias articuladas e suporte tecnológico específico. Desse modo, sempre indiciam pontos de emergência de processos discursivos, ligados às *condições de produção do discurso*, articulando *memória discursiva* e relações interdiscursivas e delineando territórios para a *formação discursiva* a partir da qual os sentidos se produzem.

A esse respeito, vale destacar, por fim, que os editoriais analisados, da perspectiva da valoração, tratam os dois candidatos sem distinção, isto é, ambos foram representados de modo negativo, ainda que o jornal tivesse manifestado sua preferência por Luiz Inácio Lula da Silva na reta final da campanha eleitoral, no segundo turno. É notável, portanto, que, no processo de referência, os editoriais apresentem um tratamento igualmente disfórico em relação a ambos, o que poderia levar a pensar em indistinção valorativa no tratamento discursivo dos candidatos. No entanto, é no interior da indiferenciação que as distinções são produzidas. As *expressões nominais anafóricas* indicam que os objetos de discurso construídos resultam em dois papéis distintos para os candidatos.

Lula foi representado em sua função institucional, seja como candidato seja como ex-presidente filiado a um partido político. Em contraste, Bolsonaro, embora ocupasse o cargo de presidente da República, foi caracterizado como um indivíduo separado desse papel social, fato que não impediu, por exemplo no editorial analisado, certa cumplicidade entre o tom jocoso do jornal e o aspecto do *acontecimento discursivo* dos editoriais destacado pela expressão nominal anafórica analisada esse *falso profeta* [1'], entre o farsante e o apenas cômico.

Referências

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo:** antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ATALLA, B. M. **Expressões nominais anafóricas em editorial de jornal.** 2025. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. DOI: 10.11606/D.8.2025.tde-19052025-094645.

BAUBÉROT, A. Não se nasce viril, torna-se viril. *In:* CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (org.). **História de virilidade:** a virilidade em crise. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 189-220.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CORRÊA, M. L. G. **Linguagem & comunicação social:** linguística para comunicadores. São Paulo: Parábola, 2009.

DATAFOLHA. Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história. *In:* **Datafolha**, São Paulo, 17 dez. 2010. Disponível em: datafolha.folha.uol.com.br. Acesso em: 12 out. 2025.

ESTADÃO. **Os riscos da ascensão da esquerda na América Latina.** São Paulo, 11 ago. 2022. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: 12 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRESTON, P. **Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993. 307f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1993. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581014>. Acesso em: 11 mar. 2025.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. **Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

JUBRAN, C. C. A. S. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 44, p. 93-104, 2011.

KOCH, I. G. V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 41, p. 75-90, 2001. DOI: 10.20396/cel.v41i0.8637002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637002>. Acesso em: 6 ago. 2022.

KOCH, I. G. V. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 44, p. 93-104, 2011.

KOCH, I. G. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

NUNES, F.; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. São Paulo: Harper Collins, 2023.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. P. **Papel da memória**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-51.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 59-106.

PEREIRA, E. Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 76, p. 147-173, 2023. DOI: 10.23925/2176-2767.2023v76p147-173. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>. Acesso em: 5 mar. 2024.

OPERA MUNDI. **Bolsonarismo e religião**: entrevista com João Cezar Rocha [Vídeo]. YouTube, 4 mar. 2024. Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 12 out. 2025.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. *In*: SOLANO, E. **Democracia em risco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Como citar este trabalho:

ATALLA, Bruna; CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Expressões nominais anafóricas e memória discursiva: representações de Lula e de Bolsonaro em editoriais de um jornal. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 11-36, 2025. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 16/08/2024 | Aceito em: 16/10/2024.